

# **EFEITOS DA NOVA DIREITA NA POLÍTICA EDUCACIONAL: *EMBATES EM TORNO DO PSEUDOCONCEITO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA DELIBERAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E NA ESPANHA NA SEGUNDA DÉCADA DO MILÊNIO (2010-2020)***<sup>1</sup>

Sophia Cunha Afonso – UnB – sophiaafonso8@gmail.com<sup>2</sup>

Silvia Cristina Yannoulas – UnB - silviayannoulas@unb.br<sup>3</sup>

## **RESUMO**

A pesquisa teve como objetivo compreender os efeitos da nova direita, a partir da relação entre o pseudoconceito de “ideologia de gênero” e o debate parlamentar das políticas educacionais no Brasil e na Espanha no período de 2010 a 2020. Optou-se pelos estudos de gênero como paradigma e os estudos comparados como estratégia metodológica. Foram realizadas a análise documental e de conteúdo das discussões dos projetos de lei que compõem a política educacional brasileira (Plano Nacional de Educação - 2014) e espanhola (Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa - 2013, e Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica de Educação - 2020), a fim de se compreender os efeitos do pseudoconceito da “ideologia de gênero”. Concluiu-se que, em ambos os países, utilizou-se de generalização

---

<sup>1</sup> O texto apresenta os principais achados da Dissertação de Mestrado em Política Social de Sophia Cunha Afonso ([https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/44679/1/2022\\_SophiaCunhaAfonso.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/44679/1/2022_SophiaCunhaAfonso.pdf)), defendida no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB) em 2022, orientada por Silvia Cristina Yannoulas e desenvolvida no contexto do projeto: *Antes da Pandemia: Três Décadas de Propostas Político-Pedagógicas Restauradoras no Brasil (1990-2020)*. O mencionado Projeto recebe apoio do Cnpq (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas) e dos Decanatos de Pós-graduação e de Pesquisa e Inovação da Unb.

<sup>2</sup> Sophia Cunha Afonso é graduada em Relações Internacionais e em Serviço Social, ambas pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Política Social pela UnB. É pesquisadora do grupo Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (TEDis) desde 2017. Atualmente, é Especialista em Assistência Social – Assistente Social na Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, atuando na Equipe Especializada para Imigrantes, Refugiados e Apátridas do CREAS da Diversidade.

<sup>3</sup> Silvia Cristina Yannoulas é licenciada em Ciências da Educação pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais Sede Acadêmica Argentina (FLACSO/Argentina), Doutora em Sociologia Latino-americana pelo Programa de Doutorado Conjunto FLACSO/Br-UnB, Pós-doutorado em Educação pela UFMG, e Pós-doutorado em Ciências Sociais pela UBA. Atualmente é Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da UnB.

das desigualdades e discriminações, enfraquecendo a possibilidade de promoção ativa do combate às discriminações de gênero. Os argumentos neodireitistas retomam os direitos, porém concebem-nos apenas como liberdade, ao mesmo tempo em que os valores são permeados pelo individualismo, exemplificando a fusão contraditória de princípios neoliberais com neoconservadores, amalgamando-se na nova direita e materializando-se no pseudoconceito da “ideologia de gênero”, reforçando o objetivo para o qual ele foi criado: combater e deslegitimar os avanços feministas.

**Palavras-chaves:** Nova direita; estudos de gênero; política educacional.

## INTRODUÇÃO

O estudo se iniciou a partir do interesse das pesquisadoras sobre o pseudoconceito da “ideologia de gênero”, sua relação com a política educacional, considerando o contexto de fortalecimento da Nova Direita no mundo. Assim, o **objeto da pesquisa** foi a relação entre o pseudoconceito de “ideologia de gênero” e o debate parlamentar das políticas educacionais no Brasil e na Espanha no período de 2010-2020.

Partiu-se da **pergunta de pesquisa**: Quais as manifestações da nova direita no debate parlamentar em torno às políticas educacionais brasileiras e espanholas, no que diz respeito às questões de gênero? E, conseqüentemente, quais os efeitos da falácia da “ideologia de gênero” na formulação, discussão e na promulgação dessas políticas no Brasil e na Espanha, de 2010 a 2020?

Buscou-se averiguar a **hipótese** de que a nova direita teria como estratégia a retirada dos estudos de gênero dos documentos oficiais que definem as políticas educacionais, comprometendo a discussão sobre equidade de gênero e contribuindo para a contrarreforma no sistema educacional em âmbito brasileiro e espanhol. Nesse sentido, supôs-se que a política educacional no Brasil no período analisado, permaneceu sob a forte influência de aspectos neoconservadores e neoliberais, ao passo que, na Espanha, ocorreria um movimento contrário, direcionando-se à retomada de ideias progressistas. Para isso, considerou-se que a alternância de poder teria um papel fundamental na presença da perspectiva de gênero nas políticas educacionais.

## MÉTODO E METODOLOGIA

Optou-se pelos **estudos de gênero como paradigma** e os **estudos comparados como estratégia metodológica**. O método escolhido foi o **materialista-dialético**.

Yannoulas (1996) compreende os **Estudos de Gênero** como “um corpus de saberes científicos, que têm por objetivo proporcionar categorias e metodologias para análise das representações e condições de existência de homens e mulheres em sociedades passadas e futuras” (Yannoulas, 1996, p. 17).

Sardenberg (2007), ao “defender a proposta de uma ciência feminista – isto é, de um saber alavancado em uma perspectiva crítica feminista de gênero” (p. 2), afirma que a própria ciência moderna não abarca a possibilidade dessa proposta, pois, baseia-se em uma suposta neutralidade e no afastamento entre fatos e valores. A ciência feminista, por outro lado, ampara-se em uma práxis política.

A partir do questionamento de quem detinha e detém o privilégio epistêmico, foi possível também desvelar as próprias contradições da epistemologia feminista, a ser concebida, na verdade como epistemologias feministas. Ou seja, as próprias pesquisadoras feministas foram desenvolvendo visões críticas sobre seus trabalhos, tanto por meio de autocrítica quanto pelo surgimento e fortalecimento de novos feminismos.

Assim, foi-se conquistado não apenas o direito de produzir saberes, mas também foram acumulados saberes e diferentes maneiras de produzi-los, levando a mudanças qualitativas. Por meio dos Estudos de Gênero também é possível compreender que o conhecimento científico não está distante da realidade dos processos sociais e culturais e que o surgimento do gênero como categoria de análise permitiu a compreensão de novas maneiras de ver o mundo e possibilitou mudanças sociais.

Por meio do paradigma dos estudos de gênero, portanto, afirma-se possível fazer uma ciência feminista. Isso ocorre tanto por meio do avanço paradigmático possibilitado pelo gênero como instrumento de análise, categoria de pensamento, e como um objeto teórico para as investigações; assim como pela desmistificação e desconstrução da ciência moderna, e a posterior construção da ciência feminista. Assume-se, assim, uma perspectiva crítica feminista de gênero na presente pesquisa.

Empregou-se a **análise comparativa como estratégia metodológica** do estudo. Ressalta-se que

a investigação ou análise comparativa é um termo amplo que inclui a comparação quantitativa e/ou qualitativa entre unidades de análise. O objetivo fundamental da análise comparativa é buscar semelhanças e diferenças. O método comparativo se propõe a estabelecer relações entre os fenômenos que pretende estudar, com a finalidade de criar modelos explicativos e, eventualmente, preditivos. Tudo isso, considerando os limites inerentes aos objetos de estudos próprios das ciências sociais (Yannoulas, Girolami, Clemente & Afonso, 2021).

A partir dessa conceituação, foi possível estabelecer uma comparação entre Brasil e Espanha, considerando o contexto, o tempo, o espaço. Isso foi possível, pois, nesse milênio, em ambos os países, presenciou-se o fortalecimento da perspectiva neodireitista nos espaços políticos, inclusive por meio de processos de caráter antidemocráticos e contrários aos direitos humanos. A partir da literatura, nota-se que esse ponto de inflexão ocorreu entre 2011 e 2013, especialmente em relação às políticas educacionais, por meio da disseminação da falácia da “ideologia de gênero”.

### **NOVA DIREITA E “IDEOLOGIA DE GÊNERO”**

A nova direita, como ideologia, é **plural e não possui uma definição exata**, assim como outros conceitos das ciências sociais. Apesar de suas diferentes definições, encampadas por correntes teóricas distintas, a nova direita se une “em torno de um ideal comum: a crítica ao modelo intervencionista posto em prática nas democracias capitalistas a partir do segundo pós-guerra” (Pereira, 2016, p.119) e se fortaleceu, como ideologia, a partir dos anos 1970, devido à suposta “crise” do Estado de Bem-estar Social.

Afonso (2007) compreende a Nova Direita como **“uma espécie de melting pot político, econômico e cultural que se traduziu na fusão (conjuntural) de valores e interesses contraditórios, de origem (neo)liberal e (neo)conservadora” (p.13)**. Destaca-se que essa convergência de posições contraditórias fortaleceu as contrarreformas do Estado, atingindo não apenas as dimensões políticas e econômicas, mas também a cultural

No presente estudo, compreende-se a nova direita como uma fusão dessas ideologias [neoliberalismo e neoconservadorismo], as quais mutuamente se fortalecem e fomentam um processo de enfraquecimento da democracia substantiva, assim como dos direitos sociais.

Amalgamadas sob o espectro neodireitista, metamorfoseiam-se em uma ideologia distinta do que eram quando consideradas em separado e assumem o lugar de ferozes combatentes contra o Estado Social e seus elevados gastos públicos, ao mesmo tempo que lutam pela conservação dos valores tradicionais. (Pereira, 2020, p.122).

Uma das suas estratégias neodireitistas é materializada por meio da **fusão entre a liberdade negativa com a religiosidade** a fim de desfazer a laicização do Estado e de desmontar políticas antidiscriminatórias, em especial, relacionadas ao gênero e à sexualidade. São ataques à democracia substantiva e à sociedade que combinam os valores do mercado com o “familismo heteropatriarcal cristão” (Brown, 2019, p.140), com o agravante de ocorrer por meio de uma moralidade politizada e armada. Assim, forma-se uma cultura política neodireitista e autoritária, viabilizada pela (re)cristianização cultural.

O **pseudoconceito “ideologia de gênero”** é um termo que foi criado para romper a barreira do acadêmico e ser disseminado no senso comum. Na esteira do fortalecimento do conceito do gênero, tanto como categoria de análise quanto como componente dos movimentos feministas, houve uma **forte reação** à sua disseminação por parte de organizações e atores neodireitistas. Enquanto os movimentos feministas ocupavam diversos espaços, inclusive em âmbito internacional, como, por exemplo, na ONU, o Vaticano reagia por meio de uma dupla estratégia:

por um lado, o Vaticano elaborou **uma nova definição de gênero buscando renaturalizar o conceito**. O sexo deveria ser considerado aceitável segundo o Vaticano quando definido como fundamentado na identidade sexual biológica, masculina ou feminina. Por outro lado, o Vaticano **desenvolveu um novo dispositivo retórico** para se opor ao conceito feminista de gênero quando usado como uma categoria analítica desnaturalizante e, mais amplamente, para deslegitimar análises e reivindicações que afirmam a imanência da ordem sexual (Garbagnoli, 2016, p.191, tradução nossa).

Na ofensiva antigênero, o pseudoconceito de “ideologia de gênero” foi forjado pelas autointituladas “novas feministas”, que também faziam parte de movimentos católicos conservadores, como o Opus Dei. A disseminação dessa falácia ocorre como uma tentativa de renaturalizar os sexos, por meio da deturpação de conceitos científicos, sob a influência do Vaticano e de neodireitistas. A “ideologia de gênero”, portanto, surge como estratégia para deslegitimar os estudos de gênero e os avanços das pautas feministas e LGBTQIA+.

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Compreendendo-se que as políticas sociais estão situadas em determinado momento histórico e são perpassadas pelas relações sociais próprias da realidade, efetuou-se um aprofundamento sobre a política educacional concebida como uma política social.

Como um gênero da política pública, a política social é influenciada por uma relação contraditória entre o Estado e a sociedade, associada à emergência de demandas e necessidades sociais. Apesar de ter ocorrido de forma diferenciada em diversos países, existem elementos comuns que caracterizam o surgimento das políticas sociais: a) a capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora; b) grau de desenvolvimento das forças produtivas; c) a composição de forças no âmbito do Estado e as características desse Estado (Behring & Boschetti, 2011).

Em relação às políticas educacionais, elas também estão envoltas em disputas de interesses assimétricas, entre Estado, como detentor de um interesse mais geral, mas que visa garantir a reprodução do sistema capitalista, e outros interesses que provêm de grupos organizados. Portanto, a política educacional encontra-se intrincada na sociabilidade do capital, sendo permeada por contradições, intensificadas pelas tentativas de direcioná-la sob distintas ideologias. Uma das possibilidades de direcionar essa política ocorre na formulação da legislação, proporcionando um espaço fundamental para a articulação e disputa de interesses (Oliveira, 2010).

Nesse sentido, compreende-se que a ideologia neodireitista vem influenciando e buscando pautar seus interesses na política educacional,

desde a organização curricular ao próprio trabalho pedagógico, passando pela avaliação de desempenho de alunos e professoras, entre outros aspectos da agenda educativa. A política educacional está passando por um processo de reconfiguração conceitual; novas propostas são defendidas transformando o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada em uma política subsidiária e, paralelamente, a priorizando como mercadoria (neoliberais) e como território para a disputa ou ‘guerra cultural’ (neoconservadores) (Yannoulas, Afonso & Pinelli, 2022).

Destaca-se que, em matéria educacional, uma das materializações da nova direita no Brasil é o Movimento Escola sem Partido (MESP), visto que “o crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora:

o combate à chamada ‘ideologia de gênero’” (MIGUEL, 2016, p.595). Nesse sentido, o pânico moral também foi empregado como estratégia, que fomentou, por meio do medo social, a disseminação da falácia da “ideologia de gênero”, sob viés negativo e sob a perspectiva de guerra cultural ao “inimigo”.

Assim, a pesquisa buscou verificar como a nova direita utilizou-se do pseudoconceito de “ideologia de gênero” para fomentar apoio para seus interesses e propostas na política educacional no Brasil e na Espanha.

## ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Seguiu-se então para a análise dos documentos, com a finalidade de responder à pergunta de pesquisa e avaliar a hipótese. Foram utilizadas como **técnicas metodológicas a análise documental e de conteúdo**. Foram analisadas as discussões dos projetos de lei que compõem a política educacional brasileira e espanhola: as transcrições das sessões, assim como os demais documentos pertinentes à tramitação dos projetos de lei educacionais dos dois países, como pareceres, relatórios legislativos ou boletins oficiais, cada um em sua respectiva esfera. Foram examinados os documentos e transcrições referentes aos projetos de lei do PNE 2014, no Brasil, e das LOMCE (2013) e LOMLOE (2020), na Espanha.

### Brasil

#### Plano Nacional De Educação (PNE)

O processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 iniciou-se em 2010, sendo constituído por apreciação nas duas casas do Congresso Nacional: Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Na primeira fase, que aconteceu na Câmara dos Deputados, nos anos de 2010 a 2012, comprovou-se um predomínio de posicionamentos favoráveis à perspectiva de gênero, não havendo nenhuma menção, no âmbito das discussões do PL 8.03/2010, à “ideologia de gênero”. Nesse primeiro momento, também houve poucas menções ao programa Escola Sem Homofobia (ou kit gay<sup>4</sup>), apesar de estar em alta o debate desse assunto.

---

<sup>4</sup> O Programa Escola Homofobia foi pejorativamente apelidado de “kit gay” e ganhou visibilidade a partir do ano de 2011. Ele era, na verdade, parte do Programa “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à

No Senado, no ano de 2013, percebe-se uma mudança no posicionamento em relação à perspectiva de gênero. Nas duas primeiras comissões – Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição e Justiça – não há menção ao assunto. Porém, nas discussões da Comissão de Educação, apresentou-se o primeiro relatório que sugeriu **a exclusão da palavra “gênero”, e de todo o trecho que previa a “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”**.

A discussão retornou para a Câmara dos Deputados apreciar o substitutivo enviado pelo Senado. Nesse contexto, houve um acirramento das disputas, especialmente porque alguns deputados, que não estavam na Comissão Especial para o Projeto de Lei (CEPL) foram indicados como membros desta, ou alguns deputados que estavam, mas não havia ainda se pronunciado, mostraram-se defensores ferrenhos contra a suposta “ideologia de gênero”.

O período em que as discussões ocorreram refletem também a conjuntura brasileira. Em 2013, havíamos vivenciado as jornadas de junho; os neodireitistas já estavam construindo seu caminho até o poder, infiltrando inicialmente outros espaços, como igrejas; a própria “ideologia de gênero” já havia se espalhado pela América Latina, aterrorizando por meio das manipulações características da nova direita; a crise econômica e política vivenciada pelo país e o enfraquecimento do governo do PT abriu espaço para novos posicionamentos, muitas vezes mais autoritários e polarizados; no âmbito do Congresso Nacional, já haviam sido realizados diversos eventos com o intuito de divulgar o perigo da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural”.

Assim, em 2014, a palavra “gênero” foi mencionada 175 vezes nas reuniões da CEPL, sendo 30 delas na expressão “ideologia de gênero”. Nesses discursos, os deputados demonstraram diversos aspectos neodireitistas, dentre elas: união de católicos e evangélicos, principalmente neopentecostais; tentativa de enfraquecer as questões de gênero no âmbito da educação, por meio da estratégia de generalização das desigualdades e discriminações a serem combatidas; o sucesso da estratégia de tergiversação do gênero, enquanto conceito. O pseudoconceito da “ideologia de gênero” tinha como estratégia enfraquecer o próprio conceito gênero, tornando-o condenável, assim como todos e todas que o defendem. A própria votação referente à redação do inciso III do artigo 2º foi marcada por forte polarização, a qual também

---

Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”, e foi, por meio de notícias falsas, deturpado e disseminado de forma negativa.



é uma estratégia neodireitista e que contribuiu para o enfraquecimento da perspectiva de gênero.

A partir da tergiversação, consolidou-se também o pânico moral como estratégia neodireitista, fomentando o medo social, por meio da suposta ameaça “comunista”, “marxista” e “feminista”, consolidada na falácia da “ideologia de gênero”, disseminada por meio de *fake news* e pelos demais atores, que vão desde representantes religiosos, a parlamentares, mídia, políticos, entre outros.

## **Espanha**

A política educacional espanhola é construída por meio de leis orgânicas, sendo que foram promulgadas sete leis orgânicas desde a redemocratização do país. Com objetivo de superar à Lei Geral de Educação (LGE), proveniente do período ditatorial, foi promulgada em 1980 a Lei Orgânica do Estatuto de Centros Escolares (LOECE), que, dentre outros assuntos, previa a independência dos centros de ensino privados, mesmo que fossem financiados pelo orçamento público. Ou seja, no final da década de 1970 e início de 1980, havia forte influência tanto da igreja quanto da iniciativa privada na política educacional espanhola.

No período analisado pela pesquisa, foram analisadas duas leis orgânicas, que foram publicadas entre 2010 e 2020, sob diferentes governos de ideologias também distintas. Assim, além de coincidirem temporalmente com a discussão sobre o PNE, essas leis orgânicas demonstram a alternância partidária na Espanha e como isso afeta a política educacional, especialmente em relação à questão de gênero. Portanto, foram analisados os documentos e atas das reuniões que compuseram a tramitação da LOMCE, aprovada em 2013 e da LOMLOE, aprovada em 2020.

### *Ley Orgánica Para La Mejora De La Calidad Educativa (LOMCE)*

O Projeto de Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa (LOMCE), sob autoria do governo do PP, foi apresentado no dia 18 de maio de 2013. Durante a análise da tramitação da lei pelo Congresso dos Deputados e pelo Senado, descobriu-se a importante discussão sobre educação diferenciada, que é o termo em espanhol utilizado para se referir a uma educação que separa meninos e meninas, em escolas ‘do mesmo sexo’ (termo usado em inglês, *single-sex schools*). Destaca-se que essa discussão esteve muito presente no debate parlamentar da LOMCE.

Apesar de ser uma lei de caráter conservador e em grande parte permeada pela religião, a LOMCE ainda assim, faz um debate minimamente robusto, em relação à igualdade ou

desigualdades de gênero, inclusive aprovando modificações favoráveis no seu texto final. Por outro lado, há uma predominância do combate à violência de gênero, o que é importante, mas insuficiente. O caminho até a igualdade de gênero é muito mais amplo e mais complexo do que apenas mencionar a violência de gênero.

Destaca-se ainda que a LOMCE era uma lei permeada pela familiarização da educação e o uso da liberdade para promover a educação diferenciada, que não contribui para uma educação diversa e plural, que possibilite a convivência entre os sexos e a superação da desigualdade de gênero.

#### *Ley Orgánica De Modificación De La Ley Orgánica De Educación De 2020 (LOMLOE)*

A LOMLOE foi proposta pelo governo do PSOE em 2020. Em um contexto bastante diferente de 2013, foi promulgada como uma lei considerada progressista, que preconiza a defesa dos direitos humanos e da igualdade de gênero, na educação.

Verificou-se que houve um aumento na menção à palavra “gênero” entre o projeto inicial e a LOMLOE aprovada. Todas as menções ao “gênero” constantes na lei são, de alguma forma, favoráveis à perspectiva de gênero. Assim, considera-se que a LOMLOE avança em relação à LOMCE, pois gênero não aparece somente na perspectiva de combate à violência de gênero, mas vai além, permeando 29 parágrafos. Portanto, a partir da análise dos dados, percebe-se que houve avanços na atual legislação educacional espanhola.

Ainda que tenha sido aprovada fundamentalmente vinculada à importância da igualdade de gênero, o embate foi bastante forte, especialmente em decorrência da presença de parlamentares do partido Vox. Esse partido, cujos valores estão em consonância com os princípios neodireitistas, foi o principal responsável pelas menções à “ideologia de gênero”, reforçando o objetivo para o qual o pseudoconceito foi criado: combater e deslegitimar os avanços feministas.

Porém, apesar da presença de vozes contrárias, em sua maioria provenientes do VOX, estas não tiveram, de fato, poder político para derrubar a perspectiva de gênero da LOMLOE. Nesse sentido, o caso espanhol possibilita compreender que, ainda que os efeitos da nova diretriz na educação possam ser percebidos, ainda existem possibilidades de frear seu avanço e fortalecer a luta pela igualdade de gênero e por uma sociedade mais justa e não opressora.

## A GUIA DE CONCLUSÃO

As diversas menções à ideologia nos debates parlamentares, e suas formas flexionadas, já reforçam o sentido negativo que essa palavra detém, inclusive no senso comum, contribuindo para a rejeição das expressões ligada a ela. Ademais, promove-se o medo e a repulsa à expressão “ideologia de gênero” como uma teoria que visa deturpar os valores morais, especialmente como uma ameaças para as crianças e jovens, sendo estrategicamente vinculada à perspectiva de gênero como forma de enfraquecer esta última.

Em ambos os países, o uso da generalização das desigualdades e discriminações esteve presente como se fossem iguais e agissem no mesmo sentido, enfraquecendo a possibilidade de promoção ativa do combate às discriminações específicas, como a de gênero e da diversidade. Outra constatação foi da retomada de valores cristãos e da tentativa de renaturalização.

Percebeu-se ainda que os argumentos neodireitistas retomam os direitos, porém concebe-os apenas como liberdade, ao mesmo tempo em que os valores são permeados pelo individualismo, exemplificando a fusão contraditória de princípios neoliberais com neoconservadores, amalgamando-se na nova direita.

Destaca-se, porém, que, apesar da presença neodireitista na Espanha, caracterizada por seus argumentos agressivos e enganosos, a aprovação da LOMLOE representa a resistência da perspectiva de gênero. Essa lei foi aprovada em 2020, apesar da onda neodireitista fortalecida mundialmente e da crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19. Assim, como Paulo Freire, seguimos esperando para que, no Brasil, também possamos (re)construir os avanços em direção à igualdade de gênero e a emancipação humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, S. C. (2022). *Efeitos da nova direita na política educacional: embates em torno do pseudoconceito da “ideologia de gênero” na deliberação dos planos de educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020)* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- Afonso, A. J. (2007). Estado, Políticas Educacionais e Obsessão Avaliativa. In: *Contrapontos*, volume 7, nº.1, Itajaí, jan./abr. de 2007. Recuperado de <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/888>
- Behring, E. R. & Boschetti, I. (2011). *Política Social: fundamentos e história* (9a. ed.). São Paulo: Cortez.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- Garbagnoli, S. (2016). Against the heresy of immanence: Vatican’s gender’ as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. *Religion & Gender*, 6(2), 187-204. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/312506840\\_Against\\_the\\_Heresy\\_of\\_Immanence\\_Vatican's\\_'Gender'\\_as\\_a\\_New\\_Rhetorical\\_Device\\_against\\_the\\_Denaturalisation\\_of\\_the\\_Sexual\\_Order/link/5a29ffae45851552ae76fade/download](https://www.researchgate.net/publication/312506840_Against_the_Heresy_of_Immanence_Vatican's_'Gender'_as_a_New_Rhetorical_Device_against_the_Denaturalisation_of_the_Sexual_Order/link/5a29ffae45851552ae76fade/download)
- Oliveira, D. A. (2010). Política educacional. In Oliveira, D. A., Duarte, A. C. & Vieira, L. F. (Orgs.). *Dicionário de trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação-UFGM. Recuperado de <https://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes>
- Pereira, C. P. (2016). *Proteção Social no Capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez, 368 p.
- Pereira, C. P. (2020). Nova direita, corporocracia e política social. In Pereira-Pereira, P. A. (Org.). *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social* (1a. ed.). São Paulo, SP: Cortez: Politiza.
- Sardenberg, C. (2007). Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. *Labrys. Estudos Feministas* (11).
- Yannoulas, S. C. (1996). *Educar: una profesión de mujeres? La Feminización del Normalismo y la Docencia en Brasil y Argentina (1870-1930)*. Buenos Aires: Kapelusz.
- Yannoulas, S., Afonso, S. & Pinelli, L. (2021). Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: falacias de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”. *Debate Público: Reflexión de Trabajo Social*, 11(21), 65-81. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41913>
- Yannoulas, S. C., Girolami, M. C., Clemente, A. & Afonso, S. C. (2021). Capítulo 4: Comparação, Cooperação e Política Social: Relato de Experiências e Reflexões Metodológicas In R. Ghiraldelli, S. C. Yannoulas (org.), *Política Social, Desigualdades e Mundialização* (1 ed, Cap. 4, pp. 125-150). Embu das Artes, SP: Alexa Cultural. Recuperado de [https://drive.google.com/file/d/1rcKq\\_RbzMfdX0zEg83IemcSinCsSxa\\_E/view](https://drive.google.com/file/d/1rcKq_RbzMfdX0zEg83IemcSinCsSxa_E/view).
- Yannoulas, S. C. (no prelo). Chaves analíticas para a compreensão do projeto educacional da nova direita: Estratégias essenciais e particularidades brasileiras. *Educación, Política y Sociedad*, 9(1), jan-junho 2024.